



PODER / Caso a Câmara faça mudanças na proposta que turbinaria benefícios sociais — como a criação do auxílio a motoristas de aplicativos —, texto terá de voltar à análise dos senadores, o que pode atrasar a implementação das medidas

Governo tenta barrar modificações em PEC

» TAÍSA MEDEIROS

Chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Benefícios, aprovada na última semana no Senado, pode ser ainda mais turbinada na Câmara. O relator da matéria na Casa, Danilo Forte (União-CE), estuda incluir um auxílio a motoristas de aplicativos e suprimir o status de “estado de emergência”. Caso os deputados aprovem modificações, o texto terá de voltar para o crivo dos senadores, o que pode atrapalhar os planos do governo de implementar as medidas já em agosto, às vésperas das eleições.

Para evitar atrasos, o Executivo acionou sua tropa de choque. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), trabalha para que a Casa mantenha o texto aprovado no Senado. “Tem mais sentido fazer isso do que promover qualquer alteração, mas, se houver compromisso do presidente Rodrigo Pacheco de votar na semana que vem no Senado, os dois turnos, a gente pode avaliar fazer alguma alteração no texto”, afirmou, em entrevista à Rádio Jovem Pan.

A PEC aprovada pelos senadores determina o aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, a ampliação do vale-gás, um voucher para caminhoneiros de R\$ 1 mil mensais e auxílio-gasolina destinado a taxistas, entre outros benefícios. O custo total é de R\$ 41,2 bilhões. Danilo Forte quer que motoristas de aplicativo também sejam contemplados com a ajuda. Ele argumentou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou que o montante do pacote poderia chegar a R\$ 50 bilhões.

“Levarei ao presidente da Câmara (Arthur Lira, do PP-AL) e ao

Rejeição

O líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), rejeita a ideia de suprimir o estado de emergência. “Não é só um conceito jurídico, é uma questão óbvia, mundial. Ninguém tem dúvida disso”, declarou. O estado de emergência foi negociado no Senado para blindar o presidente Jair Bolsonaro (PL) de eventuais problemas com a Justiça. A legislação eleitoral veda o aumento de benefícios sociais e a criação de novos programas em ano de eleição, salvo em caso de estado de emergência.

colégio de líderes, nos próximos dias sugestões, o aprimoramento da PEC dos Benefícios em relação à possibilidade de estendermos o auxílio a motoristas de aplicativo, bem como a necessidade de mantermos, ou não, a instalação do estado de emergência no texto”, disse, em nota, o relator da proposta. Ele e Lira se reuniram, ontem, para debater a matéria.

Em relação ao estado de emergência, Forte disse que a própria lei do teto de gasto já autoriza o aumento de despesas em casos de crise financeira ou calamidade, “exatamente o que temos vivenciado no Brasil desde a pandemia e com a guerra da Ucrânia. Por isso, já foram solicitadas análises para verificar se é possível garantir os benefícios sem decretar o estado de emergência.

Oposição

Os partidos de oposição avaliam como agir neste momento. Há reuniões agendadas para hoje, com o intuito de alinhar as estratégias. “A primeira coisa

Elaine Menke/Câmara do Deputados



O relator do texto, Danilo Forte, defende que o pacote de bondades pode atingir o teto de R\$ 50 bilhões, sinalizado pela equipe econômica

a ser feita é tirar o estado de emergência, ainda mais após a declaração do Braga Netto”, afirmou o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG). Ele fez referência à fala do general — cotado para vice na chapa de Bolsonaro —, a empresários de que, “sem auditoria” nos votos não haverá eleição. Também segundo Lopes, “é preciso melhorar a justificativa dessa emergência. Não era imprevisível, como dizem. Tem três anos que Bolsonaro levou este país ao caos”. Apesar da preocupação, o parlamentar não

acredita que as benesses prometidas sejam capazes de melhorar a popularidade do chefe do Executivo. “O povo não é bobó”, disse.

Já o PSB pensa em protelar a votação. “Considerando que somos minoria, a única coisa a fazer é tentar ganhar tempo para ampliar o debate”, declarou o líder do partido na Casa, Bira do Pindaré (PSB-MA). “Sempre fizemos a defesa de um auxílio de R\$ 600. O governo é que sempre foi contra. Agora, se coloca a favor por razões puramente eleitorais”, completou.

O secretário-geral e fundador da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco alertou para o risco de que se crie uma bola de neve devido à escalada na concessão de benefícios. “O próprio relator afirmou que há uma margem de R\$ 8 bilhões, o que pode elevar o festival de benefícios a cerca de R\$ 50 bilhões. Ainda há o risco de as emendas de relator — distribuídas a esmo, sem qualquer critério técnico — continuarem a ser empenhadas durante o período pré-eleitoral. É o vale-tudo eleitoral, proposto pelo Executivo,

mas com a anuência quase plena do Legislativo”, avaliou Castello Branco.

A farra pode custar caro ao país num futuro próximo, uma vez que gera insegurança para os investidores. “As loucuras fiscais têm perna curta. Logo após as medidas populistas, surgem a desconfiança dos agentes econômicos e as consequências diretas. A inflação ascendente, o dólar com viés de alta, a elevação dos juros, a retração ainda maior dos investimentos e o aumento do desemprego”, apontou o economista.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Deus, família e “gripezinha”

Começo a prosa com um pedido de desculpas aos leitores, por não ter escrito a coluna de domingo, como estava combinado, desde que entrei em férias. Na quinta-feira passada, testei positivo para a covid-19. Apesar de ter tomado quatro doses de vacinas, essa nova variante da Ômicron me tirou de circulação. Felizmente, duas Sinovac/Butantan, uma Pfizer e outra AstraZeneca estão amenizando meus padecimentos. Segundo meu infectologista, essa variante concentra seus ataques na garganta e no nariz, como foi o meu caso e o da maioria dos seus pacientes, alguns com tanta dor na garganta que foram internados.

Depois de um mês em férias, vou tratar de um assunto que não sofreu grandes alterações nesse período: a polarização entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro,

que vem se mantendo nesta pré-campanha eleitoral. Essa polarização está sendo atribuída ao fato de que, pela primeira vez, temos uma disputa entre um ex-presidente da República, que governou por dois mandatos e deixou o mandato, quando sabemos que todos que tiveram essa possibilidade foram reeleitos. O resultado da disputa seria uma equação entre as realizações do passado e as adversidades do presente. É uma leitura da chamada real política.

Mas será que o favoritismo de Lula pode ser atribuído apenas a isso? Parte de sua resiliência deve-se ao enraizamento do PT nos movimentos sociais e seu entrenchamento dos grupos identitários, em condições muito adversas, após o

O FANTASMA QUE RONDA A REELEIÇÃO DE BOLSONARO NAS CAMADAS MAIS POBRES É O LUTO DAS FAMÍLIAS DESESTRUTURADAS POR 672.101 ÓBITOS POR COVID-19

impeachment de Dilma Rousseff, o que merece mais reflexão. Numa das suas entrevistas, o historiador Eric Hobsbawm faz uma observação interessante sobre o enfraquecimento dos partidos socialistas europeus, ocorridas na estrutura de classes da sociedade pós-industrial e ao fato de que a desestruturação da família unicelular patriarcal pela revolução dos costumes restringiu à capacidade desses partidos se reproduzirem no ambiente familiar, como sempre fizeram.

Os partidos marxistas fizeram a crítica da “família burguesa” como a forma de dominação, mas a “família socialista” também era monogâmica e heterossexual. Foram os anarquistas, socialistas utópicos e as feministas que não se conformaram com os limites da dupla jornada

de trabalho, contribuindo com a renda familiar e arcando com os afazeres domésticos, que caracterizavam a relação homem/mulher família proletária moderna. Ao se refugiar nos movimentos identitários, no momento de refluxo de sua influência política, a militância petista deu cavalo de pau e foi uma tábua de salvação para Lula, tecendo, inclusive, as alianças que tornaram sua candidatura amplamente preferida entre os eleitores de esquerda.

Católicos e evangélicos

A outra face dessa moeda, sem dúvida, foi a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, muito favorecido pelas circunstâncias políticas e a forte repercussão da facada que levou em Juiz de Fora, em plena campanha, alavancando sua candidatura,

enquanto estava entre a vida e a morte. Bolsonaro saiu da sua bolha reacionária quando capturou o sentimento de preservação da família unicelular patriarcal, monogâmica e heterossexual, como estrutura social básica da sociedade, principalmente para as camadas mais pobres da população, ameaçadas pelas desigualdades sociais, a baixa renda, o desemprego, a desestruturação das relações homem/mulher e pais/filhos, a evasão escolar, as drogas e a prostituição.

A orientação conservadora da Igreja Católica, a partir dos papados de João Paulo II e Bento XVI, desarticulou as chamadas comunidades eclesiais de base. Seus militantes derivaram para o PT, porém a influência católica nas parcelas mais pobres da população brasileira se esvaiu. As denominações evangélicas ocuparam esse espaço, empunhando a bandeira de defesa da família tradicional e as teses mais conservadoras do cristianismo, com exceção do celibato de seus sacerdotes e outros dogmas de Roma.

A aliança de Bolsonaro com esses setores evangélicos é muito

mais responsável pela sua resiliência eleitoral nas camadas populares do que suas realizações e a força do corporativismo de setores beneficiados por seu governo, como militares, policiais, ruralistas, caminhoneiros, garimpeiros, atiradores, motociclistas etc. O papel da religião, bem situado na esfera ideológica da sociedade, como outras instituições — o sistema educacional e os meios de comunicação, por exemplo —, também precisa ser considerado por esse ângulo antropológico, ainda que a aliança de Bolsonaro com as igrejas evangélicas tenha adquirido a dimensão das práticas mais deploráveis da política brasileira, como o clientelismo, o fisiologismo e o patrimonialismo, haja vista o novo escândalo do Ministério da Educação.

E a “gripezinha”? O fantasma que ronda a reeleição de Bolsonaro nas camadas mais pobres é o luto das famílias desestruturadas por 672.101 óbitos por covid-19, de um total de 32,5 milhões de casos registrados da doença. Como a cobertura da vacina não é completa, o número de mortes atingiu a média de 214 por dia, o que agrava ainda mais a nossa crise social.